

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8363 | Salvador, de 01.04.2022 a 03.04.2022

Presidente Augusto Vasconcelos



GOVERNO BOLSONARO

KARIME XAVIER - FOLHAPRESS - ARQUIVO



O horror da fome

O ultraliberalismo do governo Bolsonaro privilegia os empresários e provoca sofrimento ao povo brasileiro. Hoje, quase 20 milhões de pessoas não têm nada para comer e outras 51,12 milhões precisam racionar comida. É o horror da fome bolsonarista, que humilha a população.

No Brasil, mais de 116 milhões de pessoas não têm acesso pleno e permanente a alimentos

Página 2

Alvo apontado para os fundos de pensão

Página 3

Golpe de 64, uma violência de Estado

Página 4

Miséria e fome bolsonaristas

Necropolítica deixa maioria da população sem ter o que comer

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **ULTRALIBERALISMO** do governo Bolsonaro impõe uma realidade de miséria para milhões de famílias brasileiras. A fome voltou a aterrorizar. Cerca de 20 milhões de pessoas não têm nada para comer e mais 51,12 milhões (24% da população) têm de racionar o alimento para sobreviver. Ou seja, mesmo que façam as três refeições diárias, comem menos do que precisam para se manter saudáveis.

Os dados são da pesquisa do Instituto Datafolha. A necropolítica ultraliberal de Bolsonaro,

que eleva o desemprego, o custo de vida, retira direitos e arrocha os salários, fazendo do Brasil um país para poucos, agravou a insegurança alimentar. Hoje, 116 milhões de brasileiros não sabem se vão conseguir fazer as três refeições diárias. Mais da metade da população.

Os mais pobres são os que mais sentem o peso e precisam racionar a comida do dia a dia. O alimento é insuficiente para 35% das famílias que têm renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 2.424,00).

No caso das famílias com rendimento de dois a cinco salários mínimos (R\$ 6.060,00), 13% disseram que faltou algum alimento para colocar no prato. Para 6% dos que recebem entre cinco e dez salários mínimos (R\$ 12.120,00), a situação foi idêntica.



As mulheres agricultoras precisam de água para cuidar das hortas e da casa

Cortes na política de cisternas afeta mais as agricultoras

O **GOVERNO** Bolsonaro despreza as diretrizes que beneficiam a população do campo, como as da ONU (Organização das Nações Unidas), que preconiza o acesso à água e ao saneamento como item básico dos direitos humanos. O resultado da negligência são os cortes na política de cisternas, que afeta ainda mais as mulheres camponesas.

Criado em 2003, o PIMC (Programa Um Milhão de Cisternas) garante a construção de reservatórios para captar e reservar a água das chuvas, com o objetivo de garantir à população água potável para uso doméstico e produção de alimentos, durante os meses de estiagem.

Desde o lançamento foram construídas 1,3 milhão de cisternas e outras estruturas de reservatório, ajudando a abas-

tecer a residência de cerca de 5 milhões de pessoas.

No entanto, a gestão de Bolsonaro tem feito cortes no programa, impossibilitando o acesso à água para milhares de famílias sem cisterna no quintal de casa. Em 2020, por exemplo, foram construídas apenas 8 mil, segundo o Ministério da Cidadania.

Os cortes atingem em cheio as mulheres agricultoras, que utilizam a água para dar banho nos filhos, lavar roupa e os pratos, cuidar da casa, além de gerir hortas e pequenas plantações. De acordo com a ASA (Articulação Semiárido Brasileiro), cerca de 350 mil famílias aguardam a construção de cisternas e mais de 800 mil precisam do equipamento para a produção de alimentos e criação de animais.



Aprovado uso emergencial de remédio contra Covid

EM UMA medida para evitar complicações da Covid-19, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou o uso emergencial do *Paxlovid*, produzido pela farmacêutica *Pfizer*. O medicamento é indicado para maiores de 18 anos que corram risco de agravamento da doença, mas que ainda não precisem de oxigênio suplementar.

Segundo estudo da *Pfizer*, o *Paxlovid* apresenta alto grau de

segurança e até 88,9% de eficácia contra a doença e já é utilizado em países como Israel e Estados Unidos. O uso do medicamento exige prescrição médica. Além disso, não deve ser utilizado de forma preventiva.

Vale destacar que a utilização emergencial do remédio não substitui a necessidade da vacinação nem das medidas preventivas, a exemplo do uso de máscaras e higienização constante das mãos.

Ataque aos fundos de pensão

Objetivo é entregar a gestão dos recursos para os bancos privados. A cobiça é grande

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

NÃO é surpresa que Bolsonaro está a serviço do grande capital, especialmente o sistema financeiro, apoiador ferrenho do presidente. Para beneficiar os bancos privados, o governo pretende atacar os fundos de pensão e os participantes, alterando as leis complementares 108 e 109, que regulam a relação entre as entidades fechadas de Previdência complementar e os patrocinadores.

Uma das mudanças é a possibilidade de transferência da gestão dos recursos dos participantes dos fundos de pensão das estatais para o sistema financeiro. O governo quer entregar de bandeja a gestão do dinheiro aos bancos privados. Vai enfraquecer os fundos de pensão e a participação dos trabalhadores na gestão dos próprios recursos que ga-



rantem a complementação de aposentadoria. Ou seja, o patrimônio dos participantes será transformado em produto financeiro.

O governo usa o falso argumento de que a transferência incentiva a busca por maior rentabilidade e taxas de administração menores. Mas, desde 2012 a rentabilidade acu-

mulada das entidades fechadas foi de cerca de 162%. Já a dos planos de previdência privados foi inferior (109%). Além disso, a taxa média de administração das entidades fechadas é menor – 0,27%, enquanto os custos para os participantes dos planos das entidades abertas são de 1,3%.



Funcef quer impor CGPAR 25 no REG/Replan

A FUNCEF tem de ser honesta com os participantes. O anúncio da redução da taxa das contribuições extraordinárias do REG/Replan Não Saldado - em 70%, na média - parece bom. Mas, na realidade, se trata da aplicação da CGPAR 25.

A medida começa a ser aplicada este mês, retroativa a fevereiro. Os sindicatos destacam que a queda só é possível porque a Fundação está reduzindo os custos do plano e retirando direitos de participantes e assistidos.

O alívio imediato pode, mais na frente, custar caro aos participantes ativos e aposentados.

Tem mais, a aplicação da CGPAR 25 representa uma série de prejuízos, como a correção no cálculo do benefício inicial do aposentado.

O cálculo tem como base a média do salário de participação dos últimos 36 meses, o que pode reduzir o benefício. Antes era considerada a média aritmética dos últimos 12 meses.

Outra mudança é o reajuste do benefício com base no INPC e não nos reajustes salariais da categoria. A medida acaba com a paridade no salário com os empregados da ativa. O que significa que as taxas de equacionamento também diminuam.

Nas eleições da Previ, Sindicato apoia chapa 3

AS ELEIÇÕES da Previ para escolher os representantes dos participantes nos cargos de Administração e Fiscalização e nos Conselhos Consultivos do Plano 1 e do Previ Futuro acontecem entre os dias 18 e 29 de abril.

O Sindicato dos Bancários da Bahia confia e apoia a *Chapa 3 - Previ para Associados*, pois é fruto da unidade das entidades representativas dos funcionários, composta por trabalhadores ativos e aposentados do Previ Futuro e do Plano 1, de várias regiões do país.

A chapa 3 tem como proposta a preservação da solidez e segurança da Previ e garantir uma aposentadoria digna para os funcionários do Banco do Brasil. O mandato é de 1º de junho deste ano até 31 de maio de 2026.



Ditadura nunca mais

O golpe militar de 1964 completa 58 anos hoje. Infame

ROGACIANO MEDEIROS
imprensa@bancariosbahia.org.br

O GOLPE responsável pela ditadura civil militar (1964-1985), que afundou o Brasil no atraso político, econômico e social, completa 58 anos nesta sexta-feira, considerado o Dia da Mentira. Uma data a ser lembrada para resgatar, na memória da sociedade, principalmente dos mais jovens, os males e sofrimento causados por um regime autoritário que, por 21 anos, infernizou o país e impôs dor à nação. Nunca para ser comemorada, como fazem Bolsonaro e os militares que o apoiam.

Concretizado em 1º de abril e não 31 de março, como tentam fazer crer os golpistas, para fugir do Dia da Mentira, o golpe interrompeu 18 anos de liberdades democráticas conquistadas com a Constituição de 1946. Também paralisou um processo de afirmação da soberania nacional e de reformas econômicas que buscavam reduzir as desigualdades sociais e viabilizar o desenvolvimento sustentável.



Monumento homenageia baianos que lutaram contra a ditadura civil militar

As versões de que a ditadura promoveu o desenvolvimento e combateu a corrupção são duas grandes falácias impostas pelas elites golpistas. Pelo contrário, agravou a concentração da riqueza e intensificou as relações promíscuas entre agentes públicos e o empresariado. Como o país vivia sob rigorosa censura, quem ousasse contestar ou denunciar era violentamente reprimido. Uma época marcada por sequestros de opositores, tortura, assassinatos e ocultação de cadáveres.

Aliás, a ditadura civil militar (1964-1985) e o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 foram protagonizados pelas mesmas forças políticas ultraconservadoras, que condenam o Brasil à situação de mero satélite dos EUA e da União Européia. São antipovo e lesa-pátria.

Quarta-feira tem arbitral do futebol *society*, no Ginásio

COM a melhora da pandemia, a vida começa a retomar a

MANOEL PORTO - ARQUIVO



Após pausa, *society* volta com tudo

normalidade. E ciente da importância do esporte para o bem-estar das pessoas, o Sindicato dos Bancários da Bahia volta a realizar os tradicionais campeonatos. O primeiro do ano será o de futebol *society*. Os atletas estão ansiosos.

O arbitral com os representantes dos times acontece na quarta-feira, a partir das 18h30, no Ginásio de Esporte, ladeira dos Aflitos. O calendário, Regulamento e formato do campeonato serão definidos na ocasião. Por isso, é fundamental a presença de todos. Compareça.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

GRAVÍSSIMO A idéia predominante é de que não há condições para golpe, especialmente militar. Mas, está evidente que o neofascismo bolsonarista não vai aceitar o resultado da eleição, se rejeitado nas urnas, como indicam as pesquisas. No Rio Grande do Norte, quarta-feira, Bolsonaro voltou a lançar dúvida sobre o processo eleitoral e a defender ação armada. A PGR nada faz. Um crime.

SOMBRIO Fica difícil acreditar nas juras de respeito à legalidade feitas pelos militares - não os que rodeiam Bolsonaro, sempre a apoiarem o discurso golpista presidencial -, pois a caserna insiste em comemorar o golpe de 1964. Uma data que nada acrescenta à Constituição, ao Estado democrático de direito e à boa imagem das Forças Armadas. Passado sombrio.

MENTIRA Detalhes que sempre precisam ser lembrados. Primeiro, o golpe militar de 1964 não se efetivou em 31 de março, como é a versão oficial, mas sim em 1º de abril, Dia da Mentira. Segundo, é uma falácia dizer que a ditadura promoveu o desenvolvimento e combateu a corrupção. Na real, agravou a concentração da riqueza e a promiscuidade na relação público/privado.

REPROVADOS Como previsto, Dória e Moro devem desistir da corrida presidencial. O governador pode disputar a reeleição em São Paulo e o ex-juiz uma cadeira na Câmara Federal. Se derrotados, o Brasil só tem a ganhar. Sobrou Ciro, que também não vai para lugar algum. Todos os três com desempenho pífio nas pesquisas. A tal 3ª via foi rejeitada pela vontade popular. Triste fim.

TRAGÉDIA Aos poucos, a guerra na Ucrânia passa a causar estragos na economia mundial, inclusive no Brasil, onde os preços do pão e outros produtos básicos começam a subir ainda mais. Para agravar a vexatória situação brasileira, já combalida com a necropolítica ultraliberal imposta pelo governo neofascista. Desemprego, fome e doença. Tragédia bolsonarista.